Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: agosto de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

Índia rejeita cortar suas emissões por ao menos 10 anos - James Lamont e Fiona Harvey – Valor Econômico – Brasil – 03/08/2009 3

Desistências – Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/08/2009 4

Bases, etanol e Rodada Doha opõem Brasil a EUA de Obama – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Mundo – 02/08/2009 5

Disputas ameaçam a Unasul – João Paulo Charleaux - Estado de São Paulo – Internacional – 03/08/2009 9

Parlasul: Câmara aprova urgência para projeto – Isabel Braga – O Globo – O país – 05/08/2009 10

Sem Doha, sobra Europa – Estado de São Paulo Notas e Informações – 06/08/2009 11

Mal-estar na festa – O Globo – Opinião – Editorial – 08/08/2009 13

Pressão de Chávez na Unasul - Chico de Gois – O Globo – O Mundo – 10/08/2009 14

Para Amorim, Obama precisa "aprender" sobre comércio – Breno Costa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/08/2009 16

Obama vê Doha como Bush via, diz Amorim - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil – 19/08/2009 17

Sem concessões dos EUA Doha não vai fechar – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2009 18

Encontro da Unasul não resolve crise – O Globo – Capa – 29/08/2009 20

Muitas farpas e pouco acordo em Bariloche – Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 29/08/2009 20

Índia rejeita cortar suas emissões por ao menos 10 anos - James Lamont e Fiona Harvey – Valor Econômico – Brasil – 03/08/2009

Por pelo menos dez anos a Índia não negociará a assinatura de compromissos legalmente impositivos prevendo cortes absolutos nas emissões de gases que provocam o efeito estufa, disse na sexta-feira Jairam Ramesh, ministro do Ambiente do país. "Em 2020, é possível que discutamos uma meta limitada. Mas em 2009, de jeito nenhum."

O endurecimento da posição de Nova Déli marca uma escalada na guerra de palavras em torno do aquecimento global que a Índia vem travando com o mundo desenvolvido às vésperas de cruciais negociações em Copenhague, em dezembro. O diálogo áspero não prenuncia sucesso para a conferência climática.

Tanto Índia como China estão insatisfeitas em relação ao que encaram como pressão ocidental para que se associem a um acordo mundial, ao passo que o mundo desenvolvido - com responsabilidade histórica pelo aquecimento global - não cumpriu suas próprias metas de emissões.

Os países ocidentais estão tentando persuadir a Índia a aderir a um futuro com emissões de baixo teor de carbono e a não repetir os erros cometidos na sua corrida por industrialização. Hillary Clinton, secretária de Estado dos EUA, tentou recentemente convencer a Índia de que suas taxas de crescimento econômico não seriam comprometidas por emissões baixas de carbono. Ela ofereceu ajuda tecnológica.

Índia e China disseram que não aceitarão metas que exijam dos dois países que limitem suas emissões em curto a médio prazos, argumentando que suas economias em rápido crescimento não devem ser prejudicadas, tendo em vista terem sido os países ocidentais os responsáveis pelas mudanças climáticas.

"Estamos engajados [nessa luta] porque muitos países ocidentais não cumpriram suas obrigações e onde havia uma linha de referência acordada [sobre emissões] eles agora estão mudando tudo", afirmou Ramesh.

A oposição indiana a adotar reduções absolutas no nível das emissões de gases não necessariamente inviabiliza um acordo em Copenhague. Embora Índia e China tenham feito declarações públicas contrárias aos cortes nas emissões, seus comentários são contraditos pelo fato de que não se está pedindo aos países em desenvolvimento que assumam tais metas de redução.

Em vez disso, se por um lado os países ricos estão dispostos a implementar cortes em seus níveis de emissões, eles apenas esperam que os países pobres controlem o crescimento de suas emissões. Eles estão pedindo que as economias em rápido crescimento adotem programas de ação que, mesmo não pretendendo cortar emissões, assegurem que

sua produção de gases-estufa cresça a uma taxa mais lenta do que se nada for feito - para "não deixar tudo como está".

Desistências – Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/08/2009

Na semana passada, o governo Lula passou o recibo de duas falsas desistências. E foram falsas porque, a rigor, nunca houve empenho em que os objetivos fossem alcançados. A primeira foi a desistência marcada pela saída do secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Ele estava lá para comandar o processo que garantiria a reforma tributária. Como não há nenhum sinal de que saia cachorro desse mato, saiu Appy do cipoal em que se encontrava.

Da segunda desistência ficamos sabendo pelas declarações do chanceler Celso Amorim. Como não há mais condições para a retomada das negociações pela abertura comercial da Rodada Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil para de lutar por elas.

A desistência da reforma tributária apenas oficializa um fato consumado. Nenhum projeto foi mais anunciado e mais defendido no Brasil. O problema é que cada um tem o seu projeto, o único que serve. O dos outros nunca presta, apesar dos esforços de meia dúzia de técnicos em tentar conciliar as diferenças.

A conclusão é a de que, até agora, nem o governo Lula nem os governadores mostraram verdadeiro interesse de levar o projeto adiante, qualquer que fosse. Ninguém pensou no melhor sistema tributário para o País. A obsessão dos políticos se resumiu a arranjar um jeito de aumentar a arrecadação ou, no máximo, de não perder.

Como um projeto assim imaginado não é viável porque todos os setores se vetam mutuamente, nesses oito anos a reforma ficou entalada. Enquanto isso, a carga tributária aumentou de 32,0% do PIB (em 2002) para 35,8% do PIB (em 2008). E precisa aumentar muito mais para que alguma coisa aconteça.

Appy sai do governo como Leônidas, tentando segurar no muque, o dele e o de uns 300 espartanos, a horda de 200 mil persas ansiosos por saquear a Península Ática. A outra desistência envolve boa dose de singeleza e mistificação. O governo Lula bombardeou uma a uma as negociações sobre os acordos regionais de comércio. Começou com o da Alca, passou para o do tal 4 + 1 (Mercosul mais Estados Unidos) e, em seguida, para o acordo Mercosul-União Europeia.

Em todos eles foram apresentadas exigências concentradas na abertura agrícola, inaceitável para o outro lado, que sempre encerrou sumariamente a conversa. Isto posto, o governo Lula entendeu que era preciso concentrar-se nas negociações globais, no âmbito da OMC, onde tudo aconteceria e onde tudo emperrou.

Em novembro do ano passado, por insistência do governo brasileiro, a cúpula do Grupo dos 20 (G-20) realizada em Washington inseriu um parágrafo no comunicado oficial no qual ficou dito que, ainda naquele ano, as negociações da Rodada Doha seriam retomadas. Essa letra morreu com o ano, um mês depois.

Em abril deste ano, na nova reunião de cúpula do G-20, realizada em Londres, o presidente Lula assinou compromisso de concluir as negociações de Doha. Três meses depois, o chanceler Celso Amorim reconhece que ninguém quer negociar. Doha vai de mal a pior. Talvez não a salve nem o poderoso tonificante Rhum Creosotado, como anunciavam os reclames dos bondes paulistanos dos anos 20 até final dos anos 50.

Confira:

Desabastecimento - A Argentina voltou a enfrentar problemas de escassez. Desta vez, os postos de combustível acusam falta de óleo diesel.

Na sexta-feira, a YPF, principal empresa do setor, acusou queda de 53% nos seus lucros. E apontou las medidas oficiales pelo mau desempenho.

O problema é conhecido. O congelamento de preços derrubou o retorno do empresário e desestimulou os investimentos. E o governo não quer autorizar reajustes porque sabe que isso põe em marcha a escalada de novos reajustes e da inflação. Assim, o problema econômico se transforma em político.

Bases, etanol e Rodada Doha opõem Brasil a EUA de Obama – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Mundo – 02/08/2009

Em entrevista à Folha, Celso Amorim expõe divergências com Washington

O presidente Barack Obama mal completou seis meses de governo, e o Brasil já tem três frentes de discordância com os EUA: a intenção de ampliar a presença militar na Colômbia sem aviso prévio, o insucesso da Rodada Doha de negociações comerciais e o recuo de Washington sobre a revisão de tarifas para o etanol brasileiro. Em entrevista à **Folha**, anteontem, o chanceler Celso Amorim tomou partido na nova crise entre Colômbia e Venezuela. Citando Millôr Fernandes, para comentar a conduta do

presidente venezuelano, Hugo Chávez, ironizou: "O fato de eu ser paranoico não significa que não esteja sendo perseguido".
Sobre o etanol, o ministro disse que é "um ponto fundamental" nas relações comerciais com os EUA. E afirmou estar "cético" quanto ao desfecho da Rodada Doha.

★

FOLHA - Por que tanta preocupação com o uso de bases militares da Colômbia pelos EUA, se já há o Plano Colômbia?
AMORIM - É um fato novo. Se fosse a mesma coisa que já tinham, não precisavam fazer um novo acordo, não é? A impressão é que as bases servem para operação de aviões com raio de ação muito grande. Tudo isso feito assim, sem que tenha havido um processo, sem nos consultar. A Colômbia é um país soberano e tem o direito de fazer o que quiser no território dela, mas é uma presença militar importante na nossa vizinhança. Você pode dizer que já tinha em Manta [no Equador]. Ok, mas, se mudou, então há uma coisa nova, e nós queremos conhecer melhor.

FOLHA - O presidente Hugo Chávez tem razão ao reclamar?
AMORIM - Compreendo as preocupações da Venezuela. Diz-se que o alvo principal é o narcotráfico e ao mesmo tempo há relatórios do Congresso americano dizendo que a Venezuela estaria sendo conivente, ou leniente, com o narcotráfico. Daí, põem-se num país que é vizinho da Venezuela bases americanas -ou bases colombianas para uso americano, não importa. Gente! É a história do Millôr Fernandes: "O fato de eu ser paranoico não significa que não esteja sendo perseguido".

FOLHA - Por outro lado, o Brasil não se preocupa também com a queixa da Suécia de que armas vendidas à Venezuela foram parar com as Farc?
AMORIM - Não sei quando ocorreu, nem se ocorreu, e, se ocorreu, se foi antes ou depois do Chávez. E se foram roubadas? De qualquer maneira, vamos e venhamos, é só um episódio.
Muitas armas chegam lá, nas Farc, como chegam nas favelas do Rio. Esse episódio é uma coisa desse tamanhinho comparado com as bases militares.

FOLHA - A preocupação se alastra para a Europa, via Espanha?
AMORIM - Se, de repente, você tem uma força de fora muito grande na região... Bem, se as bases vão ter outra aplicação, e não está claro se vão ter, é natural que todos os países, inclusive de fora, se preocupem.

FOLHA - Essa ação não vai contra o discurso de paz, de não ingerência e desmilitarização de Obama e Hillary Clinton? É uma surpresa?
AMORIM - Em vez de fazer julgamento de valor, vamos conversar, ouvir explicações e entender melhor. Mas, na região, é importante ter transparência e clareza. Isso talvez tenha faltado. Você pode, por exemplo, ter garantias formais sobre como as bases serão usadas.

FOLHA - Não é contraditório o governo da Colômbia dizer que as Farc estão aniquiladas e agora justificar a presença americana justo para combater o que já está aniquilado?
AMORIM - Essa é exatamente uma das perguntas que se faz.

FOLHA - Pode ser só pretexto?
AMORIM - Eu não estou dizendo que é só um pretexto, mas você tem todo o direito de fazer esse raciocínio. O que preocupa o Brasil é uma presença militar forte, cujo objetivo e capacidade parecem ir muito além do que possa ser a necessidade interna da Colômbia.

FOLHA - E a Quarta Frota dos EUA, no Atlântico Sul?
AMORIM - O paralelo que se pode fazer com as bases é que ocorreu sem que nós tenhamos sido avisados previamente. Na época, eles próprios reconheceram que cometeram um erro de comunicação. As justificativas deles foram todas muito inocentes, de ajuda humanitária no Caribe etc.

FOLHA - A Rodada Doha fracassou?
AMORIM - Há uma reunião em setembro, em Nova Déli, e nem sabemos ainda se o representante comercial dos EUA irá ou não. Eles continuam com demandas para os países em desenvolvimento totalmente incompatíveis com o que eles concederam. Ou seja: o país que tem a chave para concluir a rodada mais rapidamente são os EUA, e nós não sentimos ainda um movimento que nos indique que vá ocorrer. Há um ano e meio, estávamos no meio de uma negociação. Agora, não.
Estamos parados. Por isso, estamos procurando outros caminhos. Nunca dissemos que não queríamos ter um acordo de livre comércio com a União Europeia, mas havia e há dificuldades específicas que precisam ser suplantadas. Só que você não pode ficar esperando a vida toda pela rodada.

FOLHA - Em vez de avançar, os EUA recuaram no que já havia sido acertado na Rodada Doha depois da vitória dos democratas?
AMORIM - Na realidade, o que eles têm trazido para as discussões é a mesma posição que os republicanos já tinham em dezembro, o que nos dificulta avançar. Trabalhamos intensamente durante seis meses e parecia que era possível, mas os americanos se enrijeceram. Aí, o governo Bush terminou, e não aconteceu nada.

FOLHA - E veio Obama e continuou sem acontecer nada?
AMORIM - E até sem muita clareza se havia interesse na Rodada. Há um mês, mais ou menos, eles defenderam a manutenção exatamente da posição que os republicanos haviam colocado. Isso nos levou à conclusão de que não havia condições de avançar. Querem mais, mais, mais, mas nem dizem exatamente o quê. Vou ser sincero: eu gostaria de ser otimista, mas estou cético neste momento.
Pode concluir? Até pode, mas levando mais uns dois anos?

FOLHA - Do ponto de vista de Celso Amorim, isso significa acabar o segundo mandato Lula, oito anos depois, sem Alca, sem Doha, sem acordos bilaterais, sem nenhum avanço na área de comércio?
AMORIM - Graças a Deus não fechamos a Alca, porque, senão, em vez de fechar o ano com um crescimento de 1%, estaríamos com o México, com uma recessão de uns 5%, 6%, sei lá. Se você pergunta se eu fico frustrado? Pessoalmente, claro que sim. O presidente Lula, possivelmente também. Mas, pior do que não fechar, é fechar um mau acordo. Os emergentes têm de ter mais, e os pobrezinhos têm de ter mais ainda, porque é uma rodada de desenvolvimento. Já no caso de Mercosul-UE, sentimos que eles, os europeus, estão mais pragmáticos. A crise talvez nos torne mais realistas, mais flexíveis.

FOLHA - Ou o contrário, mais fechados e mais protecionistas?
AMORIM - Esse risco também há, mas talvez sejam de alguns setores dos países, não dos governantes. Só se pode avançar com uma dose de realismo.

FOLHA - Obama e Thomas Shannon, que foi secretário para o Hemisfério Ocidental de Bush e será o novo embaixador em Brasília, tinham acenado com a revisão das tarifas contra o etanol brasileiro. Bastou a resistência de um senador de Iowa para a Casa Branca recuar. Como o Brasil vê isso?
AMORIM - Claro que não achamos bom. Não é positivo para nós, e até achamos que não seja positivo também para boa parte da sociedade americana. Vamos torcer para ser uma coisa episódica, que possa ser revertida lá. Quando você quer aprofundar as relações comerciais com os EUA, esse é sempre um dos pontos mais importantes. Se não houver avanço na área de etanol, fica difícil onde mais você possa avançar, pelo menos na área de barreiras tarifárias. Eles sabem disso, aliás.

FOLHA - No caso de Honduras, já não há sinais também de que o consenso contra o golpe não é mais tão sólido assim nos EUA?
AMORIM - Tem gente que pensa de maneira antiga, lá como em qualquer lugar do mundo. Às vezes até por laços de amizade. É preciso dar força ao governo dos EUA, até para que todos percebam que não se trata de uma posição só do Obama, nem um capricho da Hillary Clinton, mas sim de todo o continente, a favor da volta do presidente Manuel Zelaya.

FOLHA - E o pacote de bondades para o Paraguai?
AMORIM - Estamos redefinindo uma relação, que deve ser percebida como verdadeira parceria pelos dois lados. Buscamos um termo médio. E, afinal, a verdade é que o Paraguai é de fato muito pobre e ali vivem centenas de milhares de brasileiros. Ninguém nem sabe quantos. Tudo isso é importante para o Brasil.

FOLHA - Quem paga a conta da triplicação do que o Brasil paga pela cessão de energia e da doação de uma linha de transmissão de US$ 450 milhões para eles consumirem lá uma energia que hoje a gente consome cá?
AMORIM - Pelo amor de Deus! Eles são donos de metade da usina, de metade da água. Eu

não posso querer ficar com toda a energia. O que o presidente Lula decidiu é que não será o consumidor.

FOLHA - Mas só existem três formas: ou o contribuinte, ou o consumidor, ou a entidade consumidor-contribuinte.
AMORIM - Concordo, mas sabe quanto a cessão representa do orçamento total de Itaipu? Menos de 10%. A relação com o Paraguai é muito mais complexa do que isso.

Disputas ameaçam a Unasul – João Paulo Charleaux - Estado de São Paulo – Internacional – 03/08/2009

Em dez dias, o presidente equatoriano, Rafael Correa, assumirá a presidência rotativa da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), liderando um bloco dividido por diversas tensões políticas e ameaças de agressão militar.

A organização foi criada em 2007, por iniciativa do governo brasileiro, para aumentar a integração entre os 12 países da região. Mas membros como Venezuela, Colômbia e Equador, entraram nos últimos dias numa guerra verbal que ameaça comprometer os poucos avanços alcançados.

A ascensão de Correa à presidência foi considerada por diplomatas brasileiros ouvidos pelo Estado como a chegada de um elefante à loja de cristais. "Ele tem uma interpretação muito pessoal das relações internacionais, é personalista e impulsivo", disse um diplomata do Itamaraty, sob condição de anonimato. "O que mais preocupa é a obsessão que Correa tem por destruir imagens para, em seguida, colocar-se no lugar delas. É um iconoclasta."

O retrospecto mostra que o presidente equatoriano não vacila em resolver em público as rusgas que tem com governos vizinhos, até mesmo com o Brasil. Para os padrões da diplomacia - que preza a discrição e a linguagem ambígua quase tanto quanto o próprio conteúdo da política externa - a posição de Correa pode ser desastrosa.

O presidente equatoriano também não é conhecido pelo apreço aos organismos multilaterais. Na última vez em que falou na ONU, em junho, foi para pedir a extinção do Fundo Monetário Internacional (FMI). "Por todo o dano que esta organização internacional já provocou, o melhor é extingui-la do planeta", disse Correa.

Em maio, ele chegou a afirmar que a Unasul deveria substituir a Organização dos Estados Americanos, já que a OEA, que teria "perdido sua razão de ser" e "se morresse, não seria uma morte tardia".

O ministro da Defesa do Equador, Javier Ponce, reconheceu que seu país assumirá o

comando do bloco numa "conjuntura difícil, pois as relações diplomáticas entre Equador e Colômbia não foram restabelecidas (desde março de 2008) e as relações entre a Venezuela e a Colômbia foram congeladas recentemente. Isso introduz ingredientes complicados e difíceis."

O Chile, que passará a presidência rotativa do bloco para o Equador, deu sinais de que preferiria que seu sucessor fosse escolhido. "Queríamos que houvesse um mecanismo de estabilidade mais sólida, que superássemos essa etapa das presidências pro tempore e tivéssemos algo mais definitivo", disse a porta-voz do governo chileno, Carolina Tohá. "Queríamos um sistema de eleições que representasse um passo adiante."

Na semana passada, a presidente do Chile, Michelle Bachelet, reafirmou ao Estado que seu país "nunca apostou na Unasul como alternativa à OEA" e lembrou que "a Guerra Fria terminou e está na hora de (os presidentes da região) serem coerentes com isso."

IMPRENSA

Correa, e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, chegaram a propor à Unasul a criação de uma instância que "defenda os governos locais dos abusos da imprensa", descrita por eles como a maior inimiga do socialismo. O equatoriano disse que quer livrar seu país de uma imprensa que descreveu como corrupta, instrumento de oligarquias e inimiga das relações internacionais. Chávez estendeu as críticas à OEA, que, segundo ele, "não bate na imprensa nem com uma pétala de rosa".

Parlasul: Câmara aprova urgência para projeto – Isabel Braga – O Globo – O país – 05/08/2009

Proposta prevê que os 37 representantes do Parlamento do Mercosul sejam escolhidos em lista fechada

BRASÍLIA. O plenário da Câmara aprovou ontem requerimento para tramitação em regime de urgência do projeto que estabelece normas para a eleição, em outubro de 2010 (simultaneamente às eleições gerais), de 37 parlamentares brasileiros que integrarão o Parlamento do Mercosul (Parlasul), além dos 513 deputados e 81 senadores brasileiros.

O projeto é polêmico e prevê, entre outras coisas, que a eleição dos 37 se dê por meio de listas fechadas de candidatos, cuja ordem será indicada pelos partidos. Os defensores do projeto tentam fechar um acordo para votar ainda hoje o mérito da proposta. Se aprovado, terá ainda que ser submetido ao Senado.

Atualmente, os quatro paísesmembros permanentes do Mercosul têm, cada um, 18 representantes. Eles são parlamentares eleitos para os congressos brasileiro, argentino, paraguaio e uruguaio, e acumulam a função de representar os países no Parlasul. A decisão de fixar 37 representantes exclusivos do Brasil no Parlamento do Mercosul consta em

acordo político aprovado pelo próprio Parlasul em abril deste ano.

Pelo acordo, na eleição de 2014 o Brasil elegerá 75 parlamentares do Parlasul para tomar posse em 2015. Mas esse número específico não consta do projeto em tramitação na Câmara.

Os governos de cada país vão arcar com o pagamento de subsídios dos parlamentares.

O projeto, de autoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), diz que os eleitos para o Parlasul não poderão acumular cargos no Executivo e no Legislativo.

Cada partido estabelecerá normas para a escolha dos candidatos que integrarão a lista, que serão publicadas no Diário Oficial da União até seis meses antes das eleições.

Segundo o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), defensor da proposta e hoje um dos representantes brasileiros no Parlasul, os cinco primeiros candidatos da lista têm que ter domicílio eleitoral em cada uma das cinco regiões do país. Dentre os cinco, dois terão que ser do mesmo sexo (cota de gênero). O projeto garante um mínimo de 30% de vagas de cada lista para mulheres e para minorias étnicas.

— Esse projeto é uma piada.

É a busca de uma boquinha para ganhar salário em dólar em Montevidéu (Uruguai). O Mercosul está em crise total. O Brasil terá 37 parlamentares e Uruguai e Paraguai, juntos, 36.

Ainda coloca a ideia da lista fechada — criticou o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), um dos 11 a votar contra a urgência do projeto.

Dr. Rosinha rebate: — Como eleger 37 parlamentares, em eleição nacional, sem a lista? Um por estado? Será um parlamento fora do Brasil, para defender a cidadania do bloco. A lista representará o partido, e o deputado do Mercosul fala em nome do partido. Se o bloco está com problemas, a eleição é necessária para superá-los.

Segundo o deputado Rosinha, a decisão de começar os trabalhos com apenas 37 parlamentares brasileiros tem por objetivo garantir simetria nas decisões: — A ideia é não permitir que um país tenha mais de 50% dos votos, é a proporcionalidade atenuada.

O Parlasul, instalado há dois anos, funciona em caráter provisório.

Tem orçamento próprio de US$ 2 milhões e até dezembro terá sede num anexo do antigo Cassino de Montevidéu, onde está a sede da Secretaria do Mercosul

Sem Doha, sobra Europa – Estado de São Paulo Notas e Informações – 06/08/2009

Sem esperança de concluir até o próximo ano a Rodada Doha, lançada em 2001 e ainda emperrada, o governo brasileiro tentará reativar as discussões de um acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Essa foi a alternativa apontada pelo chanceler Celso Amorim, na semana passada, diante do pouco interesse do governo americano em retomar as negociações globais de comércio. Mas o acordo com o Mercosul, embora possa interessar ao bloco europeu, não está na lista de suas prioridades para este semestre. Também falta saber se o governo e os empresários da Argentina estão

interessados em participar de conversações comerciais com um parceiro importante e exigente como a União Europeia. Esse interesse é altamente improvável. Afinal, desde o ano passado a Argentina se tornou cada vez mais protecionista.

O governo petista preferiu jogar quase todas as fichas na Rodada Doha, praticamente abandonando as possibilidades de acordos com os mercados mais desenvolvidos. O projeto da Alca foi liquidado em 2003-2004, numa ação coordenada com as autoridades argentinas. Na fase final, o governo americano contribuiu para enterrar a integração comercial do hemisfério, mas o fracasso do projeto resultou principalmente do esforço dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner.

O governo brasileiro ainda se mostrou interessado em continuar as negociações com a União Europeia. Por alguma razão obscura, um compromisso com os europeus foi considerado ideologicamente aceitável pelos estrategistas do Planalto. Inaceitável mesmo seria um acordo com a participação dos EUA, ou, no dialeto bolivariano, do Império. Mas essa concessão ao capitalismo não deu certo. Os argentinos não quiseram facilitar o acesso de produtos industriais a seu mercado. Não podia dar certo: em condições normais, um acordo envolve troca de ofertas.

Negociadores da União Europeia e do Mercosul tentaram retomar as negociações várias vezes, mas nunca foram muito longe. Em relação ao comércio agrícola, os europeus nunca ofereceram tanto quanto pediam os sul-americanos. As ofertas mais importantes, segundo os europeus, deveriam ocorrer na Rodada Doha. Apesar disso, apresentaram algumas propostas e o governo brasileiro respondeu com ofertas de acesso para produtos industriais. Mas os argentinos sempre foram reticentes em relação a essas ofertas. Adotaram a mesma posição, depois, quando houve os últimos esforços para desemperrar a Rodada Doha. Numa dessas ocasiões, acusaram de traição os diplomatas brasileiros, participantes do restrito grupo envolvido naquela tentativa.

A pauta da União Europeia, neste semestre sob a presidência da Suécia, inclui conversações comerciais com Canadá, Ucrânia, Índia, Japão, Taiwan, Vietnã e Cingapura. O Mercosul não consta do programa oficial. O governo sueco, no entanto, inclui o Brasil na lista de conferências de cúpula programadas para este ano. Os outros parceiros listados na agenda são Estados Unidos, Índia, China, Rússia, África do Sul e Ucrânia. O Brasil foi oficialmente selecionado há mais tempo como parceiro estratégico da União Europeia, mas essa decisão tem consequências comerciais muito limitadas. A Comissão Europeia só tem mandato para negociar livre comércio com o Mercosul, não com qualquer de seus integrantes. De toda forma, como o Mercosul é uma união aduaneira, nenhum de seus membros poderia participar isoladamente de uma negociação desse tipo. O Brasil continuará amarrado, exceto se o Mercosul voltar ao status de zona de livre comércio, mas o governo brasileiro nem sequer discute essa hipótese.

A União Europeia, dizem funcionários do bloco, poderia retomar as conversações com o Mercosul, mas para isso Brasil e Argentina precisariam entender-se. Outros latino-americanos, incluídos o Chile, o México e alguns andinos, concluíram acordos com os Estados Unidos e outros grandes parceiros. O Brasil ficou limitado a acordos modestos com economias em desenvolvimento, sozinho ou juntamente com o Mercosul. Sem a Rodada Doha, é quase obrigatório retomar as conversações com a União Europeia. Mas para isso o Brasil dependerá dos Kirchners - e também de Hugo Chávez, se a Venezuela afinal entrar no Mercosul.

Mal-estar na festa – O Globo – Opinião – Editorial – 08/08/2009

A União Sul-Americana de Nações (Unasul), criada em 2008, realiza segundafeira, em Quito, sua segunda reunião de cúpula. Em primeiro plano, festas: posse de Rafael Correa para mais um mandato, início de seu período na presidência da Unasul e comemoração do bicentenário da independência do Equador. Como pano de fundo, malestar pelas diferenças cada vez mais gritantes entre a Venezuela e o Equador, de um lado, e a Colômbia, de outro.

Faz bem o presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, em não comparecer ao encontro em Quito.

Lá, por conta da autorização para que os EUA usem bases em território colombiano, ele certamente seria hostilizado em uníssono pelo bloco bolivariano, que recebe mal disfarçado apoio do governo brasileiro em razão de simpatias ideológicas.

Uribe, que ano passado rejeitou a indicação para ser o primeiro presidente da Unasul, preferiu dar explicações pessoalmente sobre a ampliação do acordo que a Colômbia mantém com os EUA, em visitas nos últimos dias a sete capitais sulamericanas, incluindo Brasília. Certamente, Uribe levou a cada presidente informações sobre ações prejudiciais a seu país por parte de Venezuela e Equador, como o apoio ao bando armado das Farc, que se vale do narcotráfico para se financiar e lutar contra a democracia colombiana.

Têm razão os países sulamericanos ao pedirem todas as informações possíveis sobre a ampliação do acordo entre Colômbia e EUA, e debater seu possível impacto sobre o continente. Em visita a Brasília, o general James Jones, assessor de segurança nacional do presidente Barack Obama, não descartou que tenha havido um problema de comunicação, em relação ao resto da região, na questão do uso das bases colombianas.

Mas, para ter um mínimo de seriedade, é preciso que a reunião da Unasul aborde também, com igual intensidade, as ligações subterrâneas entre as Farc e os governos da Venezuela e do Equador. Aliás, até agora o governo da Suécia não recebeu de Caracas as explicações que pediu sobre o fato de armas vendidas à Venezuela nos anos 80 terem ido parar nas mãos dos narcoguerrilheiros nas selvas colombianas. Se não for assim, a Unasul será confirmada como uma entidade inócua, criada apenas para servir de palanque do antiamericanismo.

Pressão de Chávez na Unasul - Chico de Gois – O Globo – O Mundo – 10/08/2009

Venezuelano defenderá em Quito condenação a acordo militar entre EUA e Colômbia

Presidentes da América do Sul se reúnem hoje em Quito para a dupla posse de Rafael Correa — que inaugura seu segundo mandato presidencial no Equador e assume a liderança rotativa da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) — mergulhados em uma profunda crise regional, protagonizada por um acordo negociado entre Colômbia e Estados Unidos que aumenta a presença militar americana no continente.

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, maior inimigo dos EUA na região, defenderá uma condenação ao acordo. Mas, apesar da intensa troca de acusações e pedidos de explicações entre os mandatários nos últimos dias, o assunto pode acabar sendo tratado apenas superficialmente pelos líderes, por falta de tempo hábil para uma discussão mais aprofundada, o que deve ficar para outra reunião.

Uma declaração do encontro estava sendo finalizada ontem à noite e a tendência era de que uma condenação sobre as bases ficasse de fora do documento.

Ontem, em campanha contra o acordo, Chávez acusou o governo do colombiano Álvaro Uribe de traição à América do Sul.

— Permitir que os Estados Unidos instalem bases em território da América do Sul é uma traição aos povos sul-americanos — afirmou Chávez ontem no seu programa dominical de rádio e TV "Alô, Presidente".

Apesar de Colômbia e EUA terem insistido que o plano não contempla a instalação de bases americanas no país — mas apenas o uso de sete bases locais por soldados americanos — o venezuelano disse que o acordo obriga seu governo a continuar se armando diante do que considera ser uma ameaça de guerra na região.

Além disso, apesar de nos últimos dias ter dado um sinal de distensão ao decidir reinstalar seu embaixador em Bogotá, Chávez anunciou o fim do subsídio de combustíveis em regiões fronteiriças com a Colômbia e a redução de importações de Bogotá, substituindoas por produtos de nações amigas, como Brasil e Argentina. Para completar, Chávez também acusou soldados colombianos de terem invadido seu território, no que qualificou como uma "provocação".

Criação de quatro novos conselhos

Uribe, que na semana passada visitou sete países sul-americanos para explicar seu acordo com os EUA, não estará presente à reunião da Unasul, cuja presidência pró-tempore será transferida a Correa pela presidente do Chile, Michelle Bachelet.

Ao assumir a liderança do bloco — criado em 2008 para funcionar como um órgão político de integração regional — Correa terá como desafio separar o andamento do organismo de sua aversão à Colômbia, com quem rompeu relações diplomáticas no ano passado após uma incursão colombiana contra as Farc em seu território.

Para complicar ainda mais a situação entre os dois países, no sábado, o Exército colombiano capturou um oficial, um suboficial e nove soldados equatorianos que teriam

ultrapassado 300 metros da fronteira no município de Puerto Leguizano, departamento (estado) de Putumayo. O Exército do Equador alegou que seus soldados estavam do outro lado da fronteira para comprar peixe. De acordo com o ministro da Defesa, que não negou a invasão do território do país vizinho, eles estavam desarmados. Os detidos foram devolvidos ao Equador.

A cerimônia da posse de Correa na Presidência da Unasul será curta — cerca de 1h30m — o suficiente para os discursos de Michelle Bachelet e do próprio Correa. Não estão previstos outros discursos, mas, se alguém tentar radicalizar, talvez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça uma intervenção para tentar acalmar os ânimos.

De prático, está prevista a criação de quatro novos conselhos na Unasul: Infraestrutura, Desenvolvimento Social, Combate ao Narcotráfico e Educação, Cultura, Tecnologia e Inovação.

Os novos conselhos se somam a outros três já existentes: Defesa (que nunca se reuniu), Saúde e Energia

Papel do Brasil – O Globo – Opinião – 12/08/2009

Agiram bem os presidentes Lula, do Brasil, e Cristina Kirchner, da Argentina, quando mantiveram a reunião da União nas Nações Sul-Americanas (Unasul) no limite do razoável. Tratava-se de encontro para dar posse a seu segundo presidente, o equatoriano Rafael Correa, que por sua vez assumia o segundo mandato presidencial em meio às festas do bicentenário da independência do Equador.

Não era essa a direção pretendida pelos bolivarianos. Basta lembrar a frase de efeito lançada por Hugo Chávez, da Venezuela, em Quito: "Ventos de guerra sopram sobre a região." Referia-se às desavenças entre a Venezuela e o Equador, de um lado, e a Colômbia, de outro, depois da revelação de que os EUA acertaram com o governo de Bogotá o uso de sete bases colombianas.

Chávez reagira dizendo que compraria tanques russos para reforçar a defesa do país. Correa saiu-se com a bravata de que sua próxima reação seria armada.

Cortinas de fumaça para disfarçar fatos até agora não respondidos, ou respondidos apenas com palavras indignadas, sem provas: os de que armas suecas vendidas à Venezuela apareceram nas mãos das Farc; e declarações gravadas de um comandante narcoguerrilheiro de que a organização armada deu dinheiro para a campanha que elegeu Correa. Na reunião de Quito, à qual não compareceu o presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, Chávez vociferou contra os EUA e contra a Colômbia, esta por "entregar" bases aos americanos. Correa fez um lamentável ataque à imprensa independente, exortando outros chefes de Estado a agirem como os bolivarianos: mídia boa é mídia silenciada.

Cumpriam o ritual de pôr a boca no trombone para minimizar graves problemas internos decorrentes, principalmente, da queda do preço do petróleo, do qual ambos são exportadores.

Lula insistiu não ter sentido investir no confronto quando há tanto a ser feito pelos países da Unasul para melhorar a vida de seus cidadãos.

E, com a ajuda de Cristina, conseguiu adiar para um próximo encontro a discussão sobre as bases americanas na Colômbia. Esse é o papel do Brasil, e é ótimo quando o país pode ter a Argentina a seu lado.

Fica a esperança de que a reunião de Quito marque o fim, ou a atenuação, da ambiguidade diplomática brasileira, provocada por simpatias ideológicas.

Para Amorim, Obama precisa "aprender" sobre comércio – Breno Costa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/08/2009

O chanceler Celso Amorim reforçou ontem as críticas à posição do governo do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em relação à Rodada Doha. O ministro das Relações Exteriores afirmou que o presidente democrata ainda não tem "vivência política do que significa [a rodada]".

A rodada, que tem como objetivo liberalizar o comércio mundial, eliminado subsídios de países ricos, foi lançada em 2001. Após idas e vindas, está congelada desde o fim de 2008. O Brasil atribui o impasse principalmente aos EUA.

Em setembro, em Nova Déli, na Índia, uma nova reunião discutirá o tema, mas os EUA ainda não decidiram se enviarão seu representante comercial para o encontro. Amorim, que em julho sinalizou que o Brasil desistiu de Doha, diz estar "cauteloso" e que, neste momento, ser pessimista "parece mais inteligente".

Segundo o ministro, Obama ainda está em processo de "aprendizado" em relação à importância do tema. Questionado se os democratas incorporaram a agenda republicana nessa questão, Amorim disse que a posição norte-americana "evoluiu muito pouco". "Acho que esse é um período, digamos assim, não quero soar paternalista, de um aprendizado normal", disse Amorim após palestra em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte, sobre a influência da Rodada Doha no processo de internacionalização de corporações de mercados emergentes.

"Quando me refiro a aprendizado, não quer dizer ler o bê-a-bá, é você ter a vivência política do que significa e do que você precisa fazer politicamente para chegar a um resultado. Eu honestamente não sei se esse aprendizado, no caso dos EUA, já se encerrou", disse.

Amorim tece críticas à posição de Barack Obama em relação ao tema desde antes da posse do democrata, em janeiro.

Em dezembro, ao criticar a ausência de um sinal claro do então presidente eleito sobre os avanços nas negociações de Doha, declarou que "os líderes precisam mostrar que são líderes, não podem se esconder por trás de formalidades", em referência à posse de Obama.

Amorim ainda buscou contemporizar seu discurso, ontem, ao dizer que problemas internos americanos, como o périplo de Obama pelos EUA na tentativa de garantir apoio à reforma do sistema de saúde, podem estar influenciando a posição americana sobre Doha.

Obama vê Doha como Bush via, diz Amorim - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil – 19/08/2009

O principal obstáculo à conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) continua a ser as demandas exageradas dos Estados Unidos, mesmo depois que o presidente Barack Obama assumiu o poder, disse ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Segundo ele, um acerto em torno dos princípios de liberalização comercial previstos na Rodada Doha é fundamental para garantir que não haverá o ressurgimento do protecionismo. Amorim afirmou que ainda é "cedo" para manifestar decepção quanto à atitude do governo Obama em relação às negociações comerciais, mas ressaltou que, nos primeiros seis meses da administração democrata, a posição americana "evoluiu pouco, de um momento de incerteza até uma posição muito semelhante à que os republicanos defendiam no final do ano passado".

O ministro disse que há outras questões que são um entrave à conclusão da Rodada, como as salvaguardas agrícolas para alguns países em desenvolvimento. Ele enfatizou, porém, que o grande ponto que impede o desfecho das negociações é "a posição dos EUA em relação a produtos manufaturados", caracterizada por "exigências excessivas". Nesse cenário, o tradicionalmente otimista Amorim afirmou estar "cauteloso" quanto às perspectivas de final feliz para Doha, que terá mais uma reunião em Nova Délhi, na Índia.

Para ele, o governo Obama ainda está na fase de aprendizado, comum a toda nova administração. E esta fase, tudo indica, ainda não terminou. "É um processo que tem a ver com outros problemas internos dos EUA", afirmou Amorim, que participou de seminário promovido pela Fundação Dom Cabral, em Nova Lima (MG), sobre o cenário global e as tendências para multinacionais de países emergentes.

E qual o plano B caso Doha não seja concluída? Para Amorim, "você pode dizer que o plano B óbvio é todo mundo se dedicar a acordos bilaterais, e nós vamos tratar de fazer os nossos também [em caso de fracasso da rodada]". A questão, segundo ele, é que isso não resolve os problemas centrais que existem, como os subsídios agrícolas, "que foi o que motivou o começo da rodada". Sem Doha, será necessário passar do plano A para o plano Z, afirmou ele, já que as negociações bilaterais são muito piores do que as multilaterais.

Sem concessões dos EUA Doha não vai fechar – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/08/2009

O Brasil e os demais países emergentes preparam uma mensagem dura para levar ao presidente americano, Barack Obama: ou os Estados Unidos fazem concessões comerciais ou a Rodada Doha não sera concluída. Em Genebra, embaixadores dos países emergentes (G-20) se reuniram ontem para definir amensagem que levarão para a reunião ministerial que a Organização Mundial do Comércio (OMC) promove no início de setembro, na Índia.

Diplomatas que estiveram no encontro de emergentes,ontem, contaram ao Estado que há consenso generalizado de que a Casa Branca hoje é a grande culpada pela falta de avanço.

Se em vários setores Obama despontou como uma esperança de ver os Estados Unidos mais envolvidos em negociações multilaterais, no comércio vem deixando vários governos irritados com sua atitude. O Brasil é um dos países que estão decepcionados com o comportamento da Casa Branca nas negociações em Genebra, ainda que muitos admitam que Obama enfrenta a pior crise econômica em décadas e tenha outras prioridades.

Desde que assumiu, o governo Americano não disse o que está dispostoa fazer para cortar suas tarifas de importação no setor agrícola e muito menos o que pode fazer para reduzir seus subsídios agrícolas. Mas continua cobrando os países emergentes para que abram seus mercados para bens industriais, exportados por americanos e europeus.

OItamaraty trabalha com a ideia de que, se os americanos deixaram sua posição de intransigência, Doha poderia estar concluída na primeira metade de 2010. Mas há mais dúvidas que certezas.

"O que terá de ficar claro é que os que precisam liderar o processo, e portanto fazer as maiores concessões, são os países ricos",afirmou um alto funcionário da chancelaria brasileira. Essa, Segundo ele, sera a mensagem que sera levada ao representante de Comércio dos EUA, Ron Kirk, na próxima semana.

Na prática, o que todos querem ouvir da gestão de Obama é qual o volume de subsídios que estão dispostos a cortar e qual sera o grau de proteção que aceitarão que países emergentes mantenham em setores mais sensíveis.

Além da mensagem à Obama, porém, praticamente ninguém espera um resultado positivo da reunião na Índia. Os americanos sequer têm um embaixador hoje para a OMC. O posto, que ficou vago com a saída de Peter Allgeier, poderia ser ocupado por Michael Punke, um ex-assistente de Bill Clinton e autor de romances.

A crise econômica ainda tem um papel central e teria freado o ímpeto de alguns setores Americano sem defesa de uma liberalização.Enquanto os americanos não têm nem embaixador e nem uma política clara para a OMC, as disputas começam a se acumular.Contra o Brasil, terão de responder à OMC sobre suas sobretaxas ao suco de laranja. Na semana que vem, o Brasil ainda saberá quanto poderá retaliar os americanos por conta da disputa do algodão. ●

O Brasil e os demais países emergentes preparam uma mensagem dura para levar ao presidente americano, Barack Obama: ou os Estados Unidos fazem concessões comerciais ou a Rodada Doha não será concluída. Em Genebra, embaixadores dos países emergentes (G-20) se reuniram ontem para definir a mensagem que levarão para a reunião ministerial que a Organização Mundial do Comércio (OMC) promove no início de setembro, na Índia.

Diplomatas que estiveram no encontro de emergentes, ontem, contaram ao **Estado** que há consenso generalizado de que a Casa Branca hoje é a grande culpada pela falta de avanço.

Se em vários setores Obama despontou como uma esperança de ver os Estados Unidos mais envolvidos em negociações multilaterais, no comércio vem deixando vários governos irritados com sua atitude. O Brasil é um dos países que estão decepcionados com o comportamento da Casa Branca nas negociações em Genebra, ainda que muitos admitam que Obama enfrenta a pior crise econômica em décadas e tenha outras prioridades.

Desde que assumiu, o governo americano não disse o que está disposto a fazer para cortar suas tarifas de importação no setor agrícola e muito menos o que pode fazer para reduzir seus subsídios agrícolas. Mas continua cobrando os países emergentes para que abram seus mercados para bens industriais, exportados por americanos e europeus.

O Itamaraty trabalha com a ideia de que, se os americanos deixaram sua posição de intransigência, Doha poderia estar concluída na primeira metade de 2010. Mas há mais dúvidas que certezas.

"O que terá de ficar claro é que os que precisam liderar o processo, e portanto fazer as maiores concessões, são os países ricos", afirmou um alto funcionário da chancelaria brasileira. Essa, segundo ele, será a mensagem que será levada ao representante de Comércio dos EUA, Ron Kirk, na próxima semana.

Na prática, o que todos querem ouvir da gestão de Obama é qual o volume de subsídios que estão dispostos a cortar e qual será o grau de proteção que aceitarão que países emergentes mantenham em setores mais sensíveis.

A crise econômica ainda tem um papel central e teria freado o ímpeto de alguns setores americanos em defesa de uma liberalização. Enquanto os americanos não têm nem embaixador e nem uma política clara para a OMC, as disputas começam a se acumular. Contra o Brasil, terão de responder à OMC sobre suas sobretaxas ao suco de laranja. Na semana que vem, o Brasil ainda saberá quanto poderá retaliar os americanos por conta da disputa do algodão. ●

Encontro da Unasul não resolve crise – O Globo – Capa – 29/08/2009

Após 7 horas de debates em clima tenso, os presidentes da União de Nações Sul-Americanas saíram de Bariloche sem conseguir da Colômbia o fim do acordo com os EUA sobre o uso de bases.

Muitas farpas e pouco acordo em Bariloche – Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 29/08/2009

Em clima de tensão, reunião de presidentes da Unasul termina sem que Colômbia retroceda em uso de bases militares pelos EUA

Apesar dos esforços do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a reunião extraordinária da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) realizada ontem, na cidade argentina de Bariloche, não conseguiu pacificar o delicado cenário político andino: a Colômbia manteve firme sua decisão de implementar o acordo militar com os Estados Unidos, que permitirá ao governo americano utilizar sete bases em território colombiano, apesar da enérgica oposição dos governos da Venezuela, do Equador e da Bolívia.

Durante mais de sete horas de debates, o clima entre os presidentes do bloco foi de extrema tensão. No final das discussões, o presidente brasileiro irritou-se com seus colegas pela demora em alcançar um entendimento, em meio a uma interminável troca de acusações entre os dirigentes Álvaro Uribe, Hugo Chávez e Rafael Correa.

— Se um presidente (do bloco) tenta impor sua verdade, não conseguiremos ter um documento. O que me preocupa é o que sairá na imprensa amanhã (hoje) sobre a reunião — disse Lula, especialmente crítico com Correa, presidente temporário da Unasul.

Já haviam se passado quase seis horas de debates, e Lula, que voltou a pedir garantias jurídicas à Colômbia de que as bases não afetarão outros países, temia um desfecho da cúpula sem resolução de consenso. A resposta do presidente equatoriano foi

enfática: — Não me interessa o que dirá a imprensa amanhã (hoje). Devemos a defesa da integração a nossos povos.

A resolução final divulgada após a reunião mostrou que o conflito desencadeado pelo acordo selado entre Uribe e a Casa Branca está longe de ser superado. O documento defendeu a América do Sul como região de paz e a soberania e a segurança dos países diante da presença de tropas estrangeiras.

Também foi convocada uma reunião de ministros da Defesa do bloco para a primeira quinzena de setembro.

Resultado: o presidente colombiano abandonou Bariloche sem apresentar o acordo negociado com os EUA e sem uma condenação da Unasul, como pretendiam Venezuela, Equador e Bolívia.

— O acesso dos EUA (às bases) não implica a renúncia sobre um milímetro de nosso território — declarou Uribe, que só participou da foto oficial porque foi buscado pessoalmente pela anfitriã, a presidente Cristina Kirchner.

Uribe esclareceu que "o artigo terceiro do acordo dispõe que o entendimento não pode ser usado para intervenção em assuntos internos de outros Estados".

O discurso do colombiano, que voltou a manifestar sua indignação pelo fato de os países do continente não terem reconhecido as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) como grupo terrorista, não convenceu adversários regionais, que insistiram em considerar o acordo com os EUA uma ameaça de guerra.

— Enquanto o assunto não for esclarecido, rechaçamos a pretensão dos EUA de instalar bases militares, sobretudo a base (aérea) de Palanquero — disse Chávez.

O presidente venezuelano apresentou um documento do Comando de Mobilidade Aérea e a estratégia global de bases de apoio do governo dos EUA que, segundo ele, provam a intenção da Casa Branca de intervir militarmente em outros países da região.

— Aqui estão falando de guerra, de mobilizar para a guerra — enfatizou Chávez.

Chávez evitou falar em ruptura das relações com a Colômbia, mas fez duras críticas ao acordo militar fechado por Uribe. Depois de ter começado o dia com um café da manhã com Lula no luxuoso hotel Llao Llao, sede do encontro, o presidente venezuelano suavizou o tom das declarações, mas não sua posição no debate com a Colômbia. Já Correa não poupou ataques.

— Esta estratégia militarista é um fracasso no combate ao narcotráfico — assegurou Correa. — A solução está em outro lugar, povo colombiano, não na ajuda americana.

O presidente equatoriano disse que seu país, longe de ser cúmplice das Farc, como denunciaram autoridades colombianas, é vítima do grupo guerrilheiro e "de um conflito que a Colômbia não consegue resolver".

O presidente peruano, Alan García, um dos principais aliados de Uribe, pediu um esclarecimento sobre o entendimento militar com os EUA e denunciou a "compra vergonhosa" de armas por parte dos governos regionais, que no ano passado empregaram US$ 51 bilhões em gastos militares.

Os presidentes Lula, Cristina Kirchner, Chávez e Correa reiteraram a necessidade de realizar um encontro dos países da Unasul com o presidente americano, Barack Obama.

— Queremos discutir o papel dos EUA na América Latina. Não podemos ter embaixadores que digam o que devemos fazer numa eleição — alfinetou o presidente brasileiro

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL